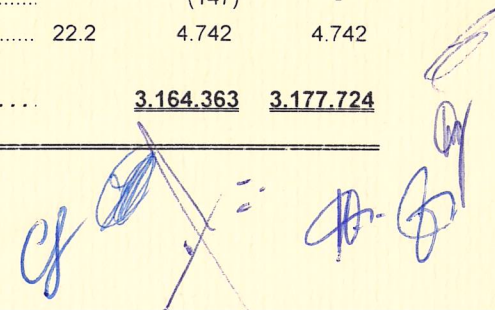


BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2018
(em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	31/03/2018	31/12/2017		Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		<u>177.184</u>	<u>199.210</u>	Circulante		<u>311.482</u>	<u>353.387</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	97.083	108.959	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	55.479	52.994
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	14.284	13.893	Fornecedores e prestadores de serviços.....		22.235	38.874
Contas a receber de clientes, líquidas	7	44.235	56.147	Impostos e contribuições	16	17.312	19.736
Estoques.....		438	574	Juros sobre capital próprio a pagar.....	22.2	1.500	1.500
Créditos tributários.....	8	3.991	3.893	Plano de pensão	18	9.642	13.339
Despesas antecipadas.....		42	51	Obras efetuadas por arrendatários	19	15.795	15.477
Outros créditos.....	23.1	17.111	15.693	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	158.262	170.400
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		15.092	26.494
				Outras obrigações	24.1	16.165	14.573
Não Circulante		<u>2.987.179</u>	<u>2.978.514</u>	Não Circulante		<u>1.434.186</u>	<u>1.405.495</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>1.219.916</u>	<u>1.209.005</u>	Plano de pensão	18	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	7	833.015	832.873	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	170.975	161.634
Partes relacionadas.....	9	6.989	4.582	Receita diferida.....	21	354.419	360.808
Depósitos judiciais	11	98.801	89.079	Obras efetuadas por arrendatários	19	116.480	117.985
Bens destinados à alienação.....	10	246	246	Créditos da União para aumento de capital.....	20	748.877	719.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	31.1	268.625	270.616	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		9.293	13.061
Outros créditos.....	23.2	12.240	11.609	Outras obrigações	24.2	34.142	32.393
Imobilizado	12	1.753.528	1.754.724	Patrimônio Líquido		<u>1.418.695</u>	<u>1.418.842</u>
Intangível	13	13.735	14.785	Capital social.....	22.1	1.414.100	1.414.100
				Prejuízos acumulados.....		(147)	-
				Reservas de lucros	22.2	4.742	4.742
TOTAL DO ATIVO		<u>3.164.363</u>	<u>3.177.724</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.164.363</u>	<u>3.177.724</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

'DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2018
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receita líquida	25	199.082	190.091	199.082	190.091
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(119.832)	(122.806)	(119.832)	(122.806)
Lucro bruto.....		79.250	67.285	79.250	67.285
Outras receitas (despesas) operacionais		(63.515)	(105.641)	(63.515)	(105.641)
Despesas administrativas e gerais	27	(64.761)	(117.622)	(64.761)	(117.622)
Outras receitas operacionais	29	7.071	19.079	7.071	19.079
Outras despesas operacionais	30	(5.825)	(7.098)	(5.825)	(7.098)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		15.735	(38.356)	15.735	(38.356)
Resultado financeiro		(11.470)	(13.262)	(11.470)	(13.262)
Receitas financeiras	28	3.540	6.257	3.540	6.257
Despesas financeiras	28	(15.010)	(19.519)	(15.010)	(19.519)
Lucro (prejuízo) operacional.....		4.265	(51.618)	4.265	(51.618)
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31.1	(4.412)	15.434	(4.412)	15.434
Corrente		(2.422)	-	(2.422)	-
Diferido.....		(1.990)	15.434	(1.990)	15.434
Lucro antes da participação dos empregados.....		(147)	(36.184)	(147)	(36.184)
Participação dos empregados no lucro.....	32	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício.....		(147)	(36.184)	(147)	(36.184)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		-	(0,13)	-	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2018
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
Em 1° de janeiro de 2017	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	(36.184)	(36.184)
Compensação do prejuízo com reserva legal.....	-	-	-	-	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-
Em 31 de Março de 2017	1.414.100	-	-	(74.374)	1.339.726
Em 1° de janeiro de 2018	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	(147)	(147)
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal.....	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-
Em 31 de Março de 2018	1.414.100	312	4.430	(74.521)	1.418.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2018
(em milhares de reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais				
Valores recebidos de clientes	229.898	213.506	229.898	213.506
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(75.306)	(82.045)	(75.306)	(82.045)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(72.602)	(73.463)	(72.602)	(73.463)
Valores pagos de encargos sociais	(18.634)	(21.201)	(18.634)	(21.201)
Valores pagos de contingências	(41.747)	(25.398)	(41.747)	(25.398)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(21.055)	(13.590)	(21.055)	(13.590)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(1.388)	-	(1.388)	-
Valores pagos de juros	(1.020)	(967)	(1.020)	(967)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(8.296)	1.287	(8.296)	1.287
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(10.150)	(1.871)	(10.150)	(1.871)
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(19.977)	(32.805)	(19.977)	(32.805)
Aquisição de intangível.....	(303)	(5.405)	(303)	(5.405)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(20.280)	(38.210)	(20.280)	(38.210)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos				
Recursos de acionistas	18.555	8.846	18.555	8.846
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos ..	18.555	8.846	18.555	8.846
Aumento (redução) nas disponibilidades	(11.875)	(31.235)	(11.875)	(31.235)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	108.959	135.961	108.959	135.961
Saldo final de caixa e equivalentes	97.084	104.726	97.084	104.726
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(11.875)	(31.235)	(11.875)	(31.235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2018
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2015, foi assinado o Convênio 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS DE 31 DE MARÇO DE 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais de 31 de março de 2018, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para as demonstrações financeiras anuais, uma vez que o seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação aquelas demonstrações financeiras anuais. Portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 à disposição no site da empresa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

a) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada pela Administração.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Não houve alterações de normas e práticas contábeis no período findo em 31 de março de 2018 quando comparadas às últimas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No período de três meses findo em 31 de março de 2018, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 4 às últimas demonstrações financeiras anuais.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso

existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	11.606	7.296
Aplicações financeiras	85.477	101.663
Total	<u>97.083</u>	<u>108.959</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo de renda fixa - BB	15.370	22.307
Fundo de Renda fixa - CEF	70.107	79.356
Total	<u>85.477</u>	<u>101.663</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 21 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2016.

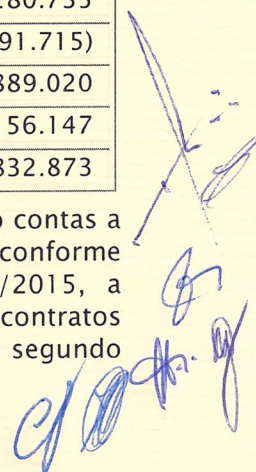
Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Por vezes, a Codesp é obrigada a cumprir compromissos referentes a aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 31/03/2018 a empresa é credora do valor de R\$ 427.081,37 (R\$ 41.307,52 em 31/12/2017).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31/03/2018	31/12/2017
Valores a receber de serviços prestados	1.268.963	1.280.735
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(391.713)	(391.715)
Total	877.250	889.020
Curto prazo	44.235	56.147
Longo prazo	833.015	832.873

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 91,02% do valor do contas a receber (90,19% em 31/12/2017). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo



termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. A provisão para perdas estimadas com esse arrendatário, conforme parecer da Superintendência Jurídica, não necessita de redimensionamento em função da transferência do litígio à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo negativo de IRPJ	3.626	3.626
Saldo negativo de CSLL	-	-
Outros créditos tributários	365	267
Total	<u>3.991</u>	<u>3.893</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Como não existe a certeza do recebimento deste, o valor apresentado é líquido, já considerando este provável não recebimento. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ministério Transportes, Portos e Aviação Civil (líquido)	6.686	4.450
Ministério da Fazenda	20	21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20	7
Ministério do Trabalho e Emprego	263	104
Total	6.989	<u>4.582</u>

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

Detalhe	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis	11.605	4.193
Trabalhistas	84.637	82.327
Tributárias	2.559	2.559
Total	<u>98.801</u>	<u>89.079</u>

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	31/03/2018	31/12/2017	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	1.776	1.842	10,0
Veículos	957	987	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	7.894	8.213	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	2.014	2.064	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	114	117	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	6.987	7.018	20,0
Edifícios	31.429	31.719	2,0
Instalações	510.498	512.553	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	171.830	174.441	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	21.416	21.667	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	554.964	552.705	1,43 a 6,67
Terrenos	4.116	4.116	-
Obras em andamento	306.440	303.231	-
Bens móveis industriais	5.948	6.091	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	32.710	33.525	3,33 a 10,0
Total	<u>1.753.528</u>	<u>1.754.724</u>	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 13.735 (R\$ 14.785 em 31/12/2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo immobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-17 a 30-04-18.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	31/03/2018	31/12/2017
Riscos operacionais	422.357	422.357
Automóveis	4.249	4.249
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	15.089	12.030
Provisão de férias	32.576	33.243
Encargos sociais	7.814	7.721
Outros	-	-
Total	<u>55.479</u>	<u>52.994</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	628	498
Retenção de tributos federais - Lei 10.833/03	2.528	1.946
Retenção para seguridade social - INSS	801	932
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.437	8.476
Programa de integração social - PIS	1.106	1.183
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	5.110	5.542
Imposto sobre serviços - ISS	1.099	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	603	-
Total - Curto prazo	<u>17.312</u>	<u>19.736</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Saldo em 31/12/2016	194.924	193.637	388.561,00
(+) Adições	20.474	65.141	85.615
(-) Reversão e Baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.196	181.836	332.032
(+) Adições	5.445	4.605	10.050
(-) Reversão e Baixas	- 1.485 -	11.360	(12.845)
Saldo em 31/03/2018	154.156	175.081	329.237
Curto Prazo	63.911	94.351	158.262
Longo Prazo	90.245	80.730	170.975





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação.

A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e do Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados, é desnecessária a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, alguns processos possuem expectativa de perda avaliada como possível e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC.

Em 31/03/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 281.730 e para processos cíveis R\$ 39.940, iguais aos valores apontados em 31/12/2017.

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 em 31/12/2017, sem variações apontadas pelo Portus para 31/03/2018, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao primeiro trimestre de 2018, foram no montante de R\$ 3.895 (R\$ 18.349 em 31/12/2017 e R\$ 4.295 em 31/03/2017).

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado. Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	31/03/2018	31/12/2017
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	121.667	122.534
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	10.608	10.928
Total			<u>132.275</u>	<u>133.462</u>
Curto Prazo			15.795	15.477
Longo Prazo			116.480	117.985

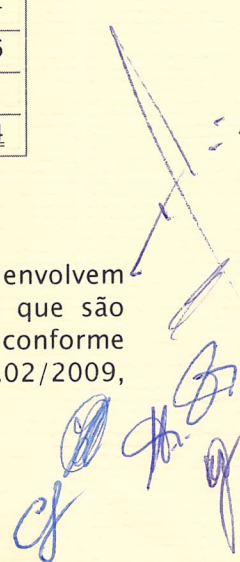
20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	17.714	72.086
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	11.549	60.681
Saldo no final do trimestre	<u>748.877</u>	<u>719.614</u>

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente (na data do leilão da área arrendada), que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016, conforme composição abaixo:



	PRES.69/1997	DP-DC.02/09	DP-DC.01/10	DIPRE.45/16	TOTAL
Saldo 01/01/2017	30.183	157.523	192.113	3.807	383.626
Receita diferida no período	-	-	2.586	-	2.586
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.673)	(878)	(25.404)
SALDO EM 31/12/2017	25.082	148.772	184.026	2.929	360.808
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações no período	(1.275)	(2.187)	(2.706)	(220)	(6.389)
SALDO EM 31/12/2017	23.807	146.585	181.320	2.709	354.419

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2017 é representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015. A composição é apresentada no quadro abaixo:

Acionista e Classe De Ação	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO		
	EM MIL R\$	Nº DE AÇÕES	%
União Federal	1.413.658	273.680.111.997	99,968730555
-Ações Ordinárias	706.763	136.827.298.052	99,959410214
-Ações Preferenciais	706.895	136.852.813.945	99,978050896
Minoritários	442	85.605.020	0,031269445
-Ações Ordinárias	287	55.560.459	0,040589786
-Ações Preferenciais	155	30.044.561	0,021949104
TOTAL	1.414.100	273.765.717.017	100,00

22.2 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios ao final do exercício. A Codesp não adota a política de antecipação dos dividendos intermediários.

	31/03/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	(147)	44.432
Prejuízos Acumulados	-	-
Compensação de prejuízos acumulados	-	(38.190)
Reserva legal (5%)	-	(312)
Retenção de Lucros	-	(4.430)
Lucro base para cálculo do dividendo	-	5.930
Juros sobre capital próprio 2017	-	1.500

23. OUTROS CRÉDITOS

23.1 CURTO PRAZO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Férias a apropriar	1.342	1.547
Renegociação de faturas a receber	13.647	11.530
Vales Provisórios	9	-
Prorrogação Salário Maternidade/Paternidade	72	-
Sinistros cobertos por apólice	277	288
Cobrança de Plano de Saúde	374	304
Recuperação de Portus - Assistidos	1.239	1.847
Diversos	151	177
Total	<u>17.111</u>	<u>15.693</u>

23.2 LONGO PRAZO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Renegociação de faturas a receber	12.110	11.479
Multas Receber - Pref.Munc.Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	4	4
Total	<u>12.240</u>	<u>11.609</u>

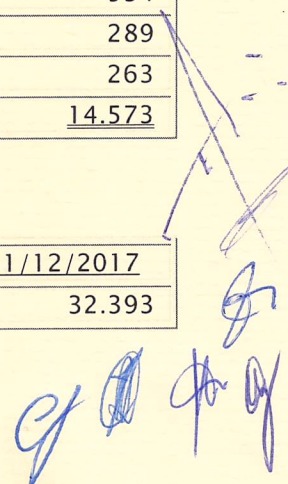
24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

24.1 CURTO PRAZO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATP - Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	3.477	2.230
Cauções	4.624	4.307
Convênios e empréstimos para funcionários	507	474
Pensões Judiciais	559	534
Contribuições Sociais e Sindicais	262	289
Diversos	260	263
Total	<u>16.165</u>	<u>14.573</u>

24.2 LONGO PRAZO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convenio 002/1990 - União - Laguna	34.142	32.393



25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

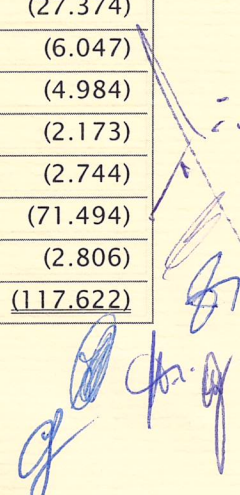
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	97.802	93.346
- Utilização da infraestrutura terrestre	24.767	24.266
- Fornecimento de energia	10.210	8.738
- Outras receitas	2.744	3.493
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e alugueis	89.955	85.297
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(3.703)	(3.583)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(1.838)	(1.573)
- Programa de integração social - PIS	(3.720)	(3.548)
- Contrib. financiamento seguridade social - COFINS	(17.135)	(16.345)
Total	<u>199.082</u>	<u>190.091</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(40.143)	(42.403)
Encargos sociais	(13.085)	(13.902)
Serviços de terceiros	(53.482)	(51.678)
Depreciação	(10.612)	(11.017)
Aluguéis	(418)	(608)
Utilidades e serviços, materiais	(2.092)	(3.198)
Total	<u>(119.832)</u>	<u>(122.806)</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(25.723)	(27.374)
Encargos sociais	(5.533)	(6.047)
Serviços de Terceiros	(8.901)	(4.984)
Aluguéis	(2.470)	(2.173)
Utilidades e serviços e materiais	(2.411)	(2.744)
Demandas judiciais	(17.563)	(71.494)
Outras despesas	(2.160)	(2.806)
Total	<u>(64.761)</u>	<u>(117.622)</u>



28. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	1.073	1.289
Rendimentos de aplicações financeiras	2.196	4.827
Outras	271	141
Subtotal	3.540	6.257
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(12.204)	(18.275)
Juros pagos ou incorridos	(2.806)	(1.244)
Subtotal	(15.010)	(19.519)
Resultado Financeiro, líquido	(11.470)	(13.262)

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
Reversão de provisões	6.757	18.791
Venda de ativo imobilizado	-	-
Diversas	314	288
Total	7.071	19.079

O valor no item "Reversão de Provisões" no primeiro trimestre de 2017 ocorreu com o pagamento do processo trabalhista 0560/2006 na 1ª Vara Trabalhista de Santos e em 2018 ocorreu com o pagamento do processo cível 38611/2012 na 3ª Vara Cível de Santos.

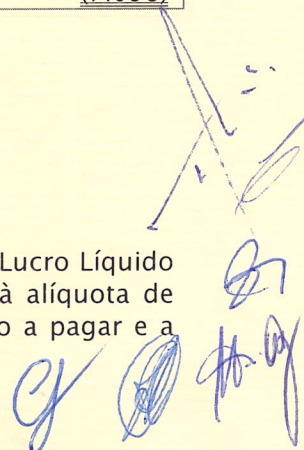
30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
Provisão por insuficiência atuarial - Plano de pensão	-	(1.250)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(3.960)	(3.169)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.751)	(2.007)
Outras	(114)	(672)
Total	(5.825)	(7.098)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a



recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

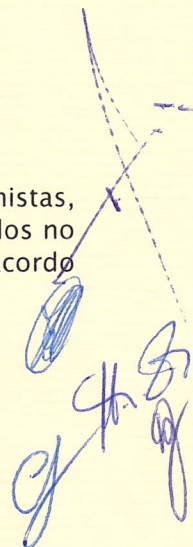
Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados.

A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

ELEMENTOS	31/12/2017			
	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV. TRABALHISTA	150.197	37.549	13.518	51.067
PROV. CÍVEL	181.837	45.459	16.365	61.825
CRED. LIQ. DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	71.157	-	6.404	6.404
PREJ. FISCAL IRPJ	72.549	18.137	-	18.137
TOTAL GERAL 31/12/2017	867.455	199.074	71.542	270.616
ELEMENTOS	31/03/2018			
	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV. TRABALHISTA	154.157	38.539	13.874	52.413
PROV. CÍVEL	175.080	43.771	15.757	59.528
CRED. LIQ. DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	68.021	-	6.122	6.122
PREJ. FISCAL IRPJ	69.515	17.379	-	17.379
TOTAL GERAL 31/12/2017	858.488	197.618	71.008	268.625

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO


A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Estes valores são calculados apenas no final de cada exercício, de acordo com o resultado alcançado.



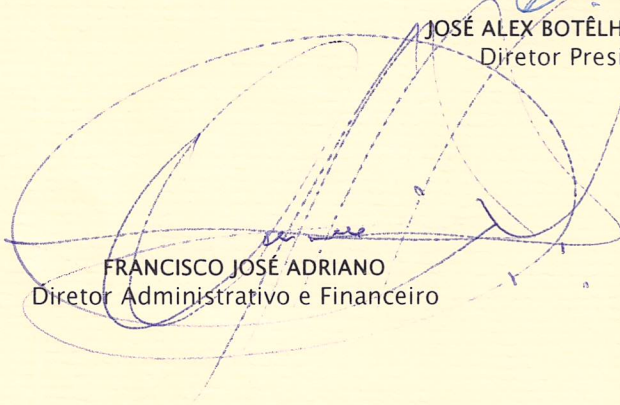
33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: março/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

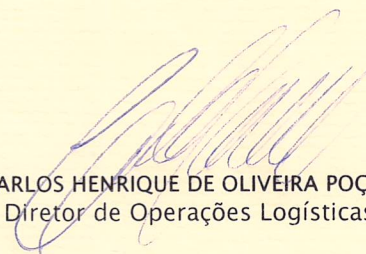
<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- maior remuneração	37.471,35
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	36.642,75
- menor remuneração	1.027,44
- salário médio	11.564,99



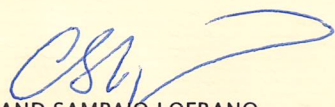
OSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA
Diretor Presidente



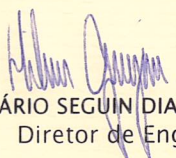
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor Administrativo e Financeiro



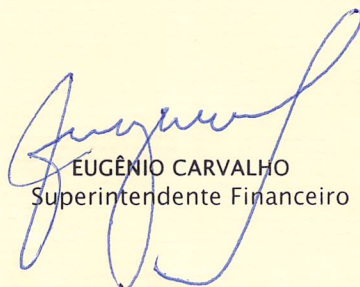
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA POÇO
Diretor de Operações Logísticas



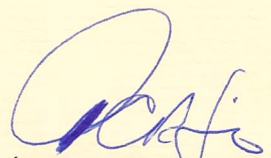
CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade



HILÁRIO SEGUIN DIAS GURJÃO
Diretor de Engenharia



EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



PÊRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

NOTA TÉCNICA DE AUDITORIA INTERNA Nº 04
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

1. Com base na amostragem compreendida no Relatório AC-02.2018, examinamos as Demonstrações Contábeis e Financeiras Intermediárias, levantadas em 31 de março de 2018: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, relativas ao primeiro trimestre findo naquela data, abrangendo as operações da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, no Porto de Santos (SP) e do Terminal Pesqueiro Público de Laguna – TPPL (SC) conveniado, sob administração desta Autoridade Portuária.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil; e
- b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.

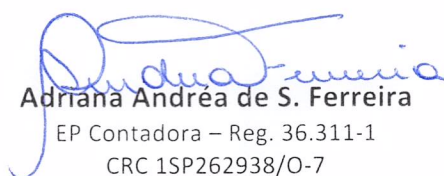
3. De acordo com os testes efetuados na análise do primeiro trimestre de 2018, ressaltamos:

➤ **PORTUS – Instituto de Seguridade Social**, devido às análises controversas existentes nas consultorias contratadas pelas partes (CODESP e PORTUS) para apurar o real valor do aporte atuarial, não foi provisionado valor da dívida.

NOTA TÉCNICA DE AUDITORIA INTERNA Nº 04
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

4. De acordo com o apresentado, exceto quantos aos efeitos de eventuais ajustes que poderão advir do referenciado “item 3” desta Nota Técnica, as Demonstrações Financeiras, mencionadas em seu “item 1”, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, em 31 de março de 2018, estando em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e às legislações societária e fiscal em vigor no Brasil.

Superintendência de Auditoria, em 16/05/2018.



Adriana Andréa de S. Ferreira
EP Contadora – Reg. 36.311-1
CRC 1SP262938/O-7